

## OS IMPACTOS DO TRABALHO NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO EM UMA SOCIEDADE CAPITALISTA

Markfran Silva de Gouveia<sup>1</sup>; Karina Furini da Ponte<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8046-4256>; <https://orcid.org/0000-0002-5780-6449>

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Acre, Acre, Brasil; <sup>2</sup> Professora dos cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre Rio Branco, Acre, Brasil.

\* [markfran.gouveia@ufac.br](mailto:markfran.gouveia@ufac.br)

Recebido em: 18/08/2022; Aceito em: 25/10/2022; Publicado em: 22/12/2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.2-6>

### RESUMO

Este artigo objetiva discutir, de forma crítica, os impactos do trabalho na formação dos espaços geográficos, considerando a macroestrutura do sistema capitalista. A escolha se justifica no entendimento que o homem desde o início de sua história socializada buscou adaptar o espaço às suas necessidades através das relações de trabalho, as quais ora se deram de modo comunal, ora de modo escravocrata e outras tantas de modo assalariado. Partindo desses pressupostos, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, por meio de uma revisão de literatura, que findou na seleção de livros, artigos, monografias, dissertações e teses envolvendo a temática. Concluiu-se que é por vias do trabalho que ocorre a humanização do homem e a modificação da natureza, mas que, na era globalizada, sob a égide do capital financeiro, esse pilar estruturante da sociedade adquiriu característica contemporâneas específicas, tornando-se condição indispensável para a acumulação de capital, mediante a expropriação dos direitos sociais da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Espaço geográfico; Trabalho; Capitalismo.

### *THE IMPACT OF WORK ON THE CONSTITUTION OF SOCIAL SPACE IN A CAPITALIST SOCIETY*

### ABSTRACT

This study aims to critically discuss the impacts of changes in the way work is constituted in the formation of social spaces, considering the macro structure of the capitalist system. The choice is justified in the understanding that man from the beginning of his socialized history sought to adapt the space to his needs through work relationships, which sometimes took place in a communal way, sometimes in a slave-like way and others in a salaried way. Based on these assumptions, a dialectical, bibliographical, qualitative research was developed, through a literature review, which ended in the selection of books, articles, monographs, dissertations and theses involving the theme. It was concluded that it is through work that the humanization of man and the modification of nature occur, but that, in recent years, under the aegis of capital, this structuring pillar of society has acquired specific modern characteristics, becoming an indispensable condition for the accumulation of capital, through the expropriation of the social rights of the working class.

**Keywords:** Social Space; Job; Production system.

## ***EL IMPACTO DEL TRABAJO EN LA CONSTITUCIÓN DEL ESPACIO SOCIAL EN UNA SOCIEDAD CAPITALISTA***

### ***RESUMEN***

Este estudio tiene como objetivo discutir críticamente los impactos de los cambios en la forma en que se constituye el trabajo en la formación de espacios sociales, considerando la macroestructura del sistema capitalista. La elección se justifica en el entendido de que el hombre desde el inicio de su historia socializada buscó adecuar el espacio a sus necesidades a través de relaciones de trabajo, que unas veces se daban de forma comunal, otras de forma esclava y otras de forma asalariada. Con base en estos presupuestos, se desarrolló una investigación dialéctica, bibliográfica, cualitativa, a través de una revisión bibliográfica, que terminó en la selección de libros, artículos, monografías, disertaciones y tesis que involucran el tema. Se concluyó que es a través del trabajo que ocurre la humanización del hombre y la modificación de la naturaleza, pero que, en los últimos años, bajo la égida del capital, este pilar estructurante de la sociedad ha adquirido características modernas específicas, convirtiéndose en una condición indispensable para la acumulación de capital, mediante la expropiación de los derechos sociales de la clase obrera.

**Palabras clave:** Espacio Social; Trabajo; Sistema de producción.

### **1. INTRODUÇÃO**

O artigo que se apresenta tem a finalidade de discutir, sob um viés crítico, os impactos das relações de trabalho, ao longo da história, na transformação do espaço das sociedades. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica com fito a explorar os aspectos inerentes a (re)produção do espaço mediado pelo trabalho, ou seja, o trabalho a partir de sua forma ontológica de mediação sociedade/natureza e, posteriormente, concreta com o trabalho assalariado, abstrato e assim, alheio ao sujeito e criador de valor de troca.

A percepção do espaço geográfico enquanto social ocorreu de forma intencional neste trabalho, pois partimos do pressuposto que ambos se fundam e se complementam no estudo das relações humana no contexto de uma sociedade capitalista. Todavia, essa reunião conceitual não é aleatória, dar-se-á ancorada em referenciais que possibilitam esse movimento, dos quais destacamos Santos (1988, 2007, 2008), Lefebvre (2006), Carlos e Rosini (1983) e Camacho (2010).

O alinhamento da geografia com o marxismo pode ser traduzido na análise de três grandes categorias: o natureza, o trabalho e o homem (MOREIRA, 2004). Assim, ancorado no referencial marxista adotado, o espaço pode ser abertamente definido como a transformação da natureza pela ação e produção do homem, através do trabalho, de objetos materiais e não materiais.

Especificamente, para conceituar o espaço geográfico, adotou-se, primeiramente, o entendimento de Oliveira *et al.* (1994) e, na sequência, Santos (1988, 2007, 2008). Assim, é

possível compreender o espaço como a totalidade que envolve a sociedade e a natureza, portanto, é naturalmente social. Para Santos (1988), na verdade, espaço é um conglomerado de objetos e de relações. As relações existem devido a esses objetos e os objetos, por sua vez, concretizam essas relações.

Oliveira *et al.* (1994) afirma que o estudo que busca a interpretação da produção do espaço em uma sociedade capitalista deve considerar primordialmente as categorias desse modelo de produção, quais sejam: as desigualdades sociais; as contradições; a luta de classes e a precarização do trabalho.

As categorias ditas por Oliveira *et al.* (1994) no que tange ao espaço geográfico são inerentes às sociedades capitalistas periféricas, como a sociedade brasileira. No caso do Brasil, especificamente, o modo de produção capitalista se fortalece nas cisões entre as classes, na perpetuação das mazelas sociais enraizadas desde a colonização e na manutenção de exército de reserva para subjugar o trabalhador a uma condição de alienação e precarização da sua força de trabalho (ANTUNES, 2015).

O trabalho, nesse contexto, pode ser considerado como uma categoria central tanto para a produção de bens de consumo necessários à existência humana, quanto para a acumulação de capital. Através dessa dinâmica o homem se humaniza e transforma a natureza na medida que extrai dela os materiais indispensáveis à sua sobrevivência (SAVIANI, 2007). Em outros termos, o trabalho é o elemento responsável por produzir todas as riquezas existentes nas sociedades, mediante um processo de criação e atribuição de valor às mercadorias desenvolvidas a partir da transformação da natureza.

Correlacionado ao exposto, tem-se no cerne das relações de trabalho a produção do espaço geográfico. Isso porque é por meio dessas relações de produção que as sociedades e, conseqüentemente, os espaços foram formados. Por isso, é válido destacar que esse entrelace entre a história dos homens e a história da natureza se perpetua desde os primeiros registros da humanidade na Terra (MOREIRA, 1985).

Portanto, considerando os aspectos supracitados, é possível afirmar que o trabalho assume o conceito chave e um papel relevante nas pesquisas que buscam analisar, de forma crítica, o espaço geográfico. Sobretudo, nos estudos que objetivam explorar as nuances do processo de constituição do espaço geográfico a partir da apreciação das relações de produção em uma sociedade capitalista.

Assim sendo, primeiramente, são apresentados os materiais e métodos empregados. Na sequência, o estudo se dedica a aprofundar os conceitos de espaço, de modo a viabilizar a aglutinação dos conceitos na seção de resultados e discussões. Na sequência, desenvolve-se a percepção do trabalho como conceito chave na construção dos espaços e, por fim, temos uma seção voltada à análise das implicações da precarização do trabalho na constituição desses espaços.

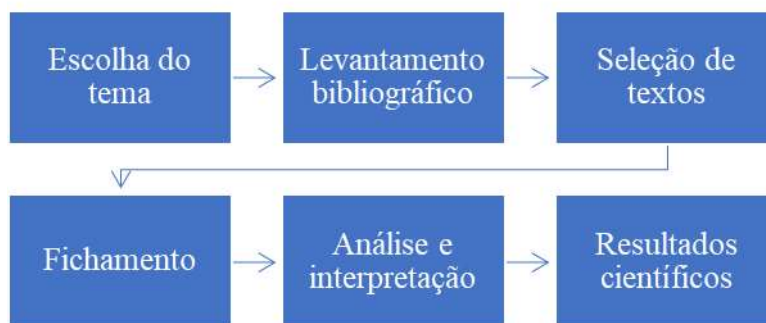
## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para realização desta análise foi adotado o método dialético, com abordagem qualitativa a partir das concepções de Minayo (2014) e Marconi e Lakatos (2021). Justifica-se a escolha metodológica no entendimento que essa vertente possibilita uma melhor compreensão acerca das contradições presentes nas relações sociais e, por conseguinte, no modo de produção da existência humana. Além disso, a pesquisa científica, por esse viés, é concebida enquanto um instrumento de conhecimento da realidade em todas as suas dimensões, mediante um processo dinâmico e dialético.

Quanto às técnicas de coleta e interpretação de dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, ancorada em Fernandes; Freitas e Lobão (2021). Os autores ressaltam a importância da análise bibliográfica para a produção científica, uma vez que os estudos já publicados fornecem subsídios fundamentais para o direcionamento de um novo viés científico, sendo o ponto de partida inerente a qualquer pesquisa.

Assim sendo, apresentamos o desenho metodológico da coleta e interpretação de dados, elaborado a partir dos ensinamentos de Fernandes; Freitas e Lobão (2021):

**Figura 1** – Etapas da pesquisa bibliográfica



**Fonte:** Adaptado de Fernandes; Freitas e Lobão (2021).

Seguindo o referencial, a coleta de dados foi iniciada com a escolha do tema e o delineamento dos assuntos que seriam abordados na pesquisa. Em seguida, foi realizada a seleção dos materiais – etapa que os autores denominam de Levantamento bibliográfico. Nesse momento, foi utilizado o buscador Google Acadêmico para as fontes contemporâneas, ao passo que os autores e referenciais clássicos foram obtidos por via de coleta direta.

Cumpridas as duas etapas anteriores, passou-se à seleção dos textos – momento em que foram escolhidas as obras que farão parte do referencial teórico e metodológico do trabalho. Essa seleção levou em consideração o ano de publicação, a proximidade temática do texto com o referencial adotado neste artigo e a metodologia utilizada na sua construção. De posse das obras selecionadas, iniciou-se o fichamento do material.

Por fim, na última etapa ocorreu a análise e interpretação dos dados, mediante uma abordagem crítica de todo material bibliográfico selecionado, visto que havia a necessidade de compreender e extrair as ideias centrais de cada obra, com fito ao desenvolvimento da produção escrita.

### 3. BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE ESPAÇO

Adotou-se, como introdutoriamente apresentado Santos (1988, 2007, 2008), Lefebvre (2006), Carlos e Rosini (1983) e Camacho (2010). A partir desse referencial, o espaço geográfico pode ser compreendido como um conjunto de sistemas de ações e de objetos indissociáveis. Esse, portanto, funda-se mediante a apropriação, pelo homem, dos elementos da natureza, através do trabalho e das relações contraditórias e desiguais estabelecidas cotidianamente. Em Santos (1988, p. 25, grifo nosso)

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. **O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.**

Esses objetos e relações se dão na forma de sistemas, o sistema de objetos e o de ação. Veja que para ele, diferente de outros autores como, esses sistemas complementam-se e são simultaneamente importantes para a concepção do espaço geográfico:

As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente. Os eventos, as ações não se geografizam indiferentemente. Há,

em cada momento, uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história. Há uma diferença entre dizer que o espaço não é uma causa e negar que ele é um fator, um dado. Admitir a "existência" do espaço não é ser "geodeterminista", como na crítica de Werlen (p. 6). Pois o valor do espaço não é independente das ações que ele é susceptível de acolher. (SANTOS, 2008, p. 56)

Assim, o autor define o espaço como:

[...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008, p. 46).

A dinamicidade se faz extremamente presente no pensamento de Santos (2008) em razão dos seus estudos debruçarem-se sobre o espaço na sua vertente globalizada. Inclusive, nesse novo contexto social, diz haver os espaços de comando e os espaços de obediência. Nas suas palavras, “[...] os espaços comandados pelo meio técnico-científico são os espaços do mandar, os outros são os espaços do obedecer. O espaço global é oriundo de todos os objetos e fluxos” (SANTOS, 2008, p. 101).

Nesse contexto, o espaço geográfico expressa-se como um produto do processo histórico-social, pois o homem ocupa e transforma a natureza para construir sua moradia, por meio do desenvolvimento de técnicas de produção melhoradas ao longo dos tempos (ABRÃO, 2010). Nessa medida, a partir da abordagem da autora, é possível inferir que o espaço social é criado através da modificação e intervenção no espaço geográfico primário.

Esse espaço social, segundo Santos (2007), é intimamente semelhante ao mercado, já que ambos são produtos do trabalho humano.

O espaço tem muito de parecido com o mercado. Ambos, por meio do trabalho de todos, contribuem para a construção de uma contrafinalidade que a todos contém funcionalmente e, malgrado eles, os define. Mercado e espaço, forças modeladoras da sociedade como um todo, são conjuntos de pontos que asseguram e enquadram diferenciações desigualadoras, na medida em que são, ambos, criadores de raridade. E como "o mercado é cego", para os fins intrínsecos das coisas, o espaço assim construído é, igualmente, um espaço cego para os fins intrínsecos dos homens. Daí a relação íntima e indissociável entre a alienação moderna e o espaço. (SANTOS, 2007, p. 80).

Frente aos fatos descritos, pode-se considerar que o homem é o principal agente transformador do espaço natural, visto que os demais seres, mesmo utilizando a natureza como

fonte de recursos para sua sobrevivência, fazem-no mediante um processo de adaptação natural (SAVIANI, 1994; SANTOS, 2007, 2008). Partindo desse entendimento, é possível dizer que o modo como o homem produz sua existência determina como será o desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, do espaço geográfico e social.

Para a conceituação do espaço social, é válido, ainda, trazermos o dito por Lefebvre (2006). Por esse referencial, é possível perceber o espaço social enquanto um produto das relações sociais em um contexto social determinado e específico. Então, sua existência não pode ser considerada universal, haja vista que, por ser um produto socialmente produzido, somente pode ser compreendido se consideradas as especificidades da sociedade na qual está (ou foi) constituído.

Mendes e Donato (2003) o complementam, dado que também defendem a ideia de que o espaço é formado a partir de um processo histórico, em decorrência das ações humanas. Para as autoras, o espaço não pode ser considerado pronto ou estático, pois, ao mesmo tempo resulta da dinâmica social e a tem como condição indispensável para sua ocorrência.

É sob essas perspectivas de espaço como produto da relação sociedade/natureza mediado pelo trabalho através de uma ação dinâmica ao longo dos tempos que este estudo se ancora. Não obstante, antes de passarmos a abordar as questões relacionadas à dinâmica dos processos de produção e, por conseguinte, as prerrogativas inerentes à vida em sociedade, dentre as quais, tem-se como exemplo macro os desdobramentos das relações de trabalho; é imprescindível delinear os materiais e métodos.

#### **4. O TRABALHO COMO CONCEITO CHAVE NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS GEOGRÁFICO E SOCIAL**

Como já fora abordado anteriormente, desde os primórdios das civilizações, os homens, para sobreviver, retiram da natureza os materiais necessários à sua subsistência e nesse processo vão paulatinamente modificando o ambiente natural de acordo com as relações e os sistemas que regulam a sociedade vigente e a vida cotidiana. A esse ato de retirar da natureza os recursos para a sobrevivência, ancorados em Saviani (1994), dá-se o nome de trabalho.

Para a corrente marxista, essa natureza que viabiliza o trabalho e a construção do espaço, é, antes de qualquer outra característica, ontológica e adquire o seu sentido econômico traduzido na figura do valor-de-uso e valor-de-troca (MOREIRA, 2004). Coadunando este conceito ao geográfico, tem-se que:

A natureza é vista como fonte de riqueza seja na geografia e seja no marxismo corrente. A geografia se limita a este horizonte. O marxismo, entretanto, transborda o sentido econômico para o ontológico, e não só do homem. A riqueza pode ser concebida como tudo quanto satisfaça às necessidades e desejos de constituição da vida dos homens em sociedade. Tem um sentido de mundanidade, de um ser-estar-da-natureza-no-mundo enquanto uma infinidade de valores-de-uso que substancializa o metabolismo do trabalho personificado na presença do homem. Vista no plano restrito da vida prática do "oikos", a natureza é assim o pressuposto da conversão dos valores-de-uso em valores-de-troca na economia de mercado. É essa fronteira da natureza e da riqueza com o valor-de-uso com que o homem prático a vê, a origem da transliteração da natureza para o sentido econômico mais puro de um arsenal-de-recursos-naturais, que a geografia vai retirar da economia vulgar. E uma certa vulgarização econômica do marxismo a acompanha. Já a leitura pura e simples da riqueza e da natureza como valor de sentido mercantil é de extração recente na história, fruto do nascimento da economia política que acompanha o nascimento da economia de mercado moderna, como analisada por Foucault (FOUCAULT, 1985 e 1986). Vê-se, num e noutro caso, que riqueza é um conceito histórico, sendo uma coisa nas sociedades centradas na economia do mercado e outra nas sociedades que incluem as trocas em seus movimentos, mas sem concentração de suas estruturas e movimentos nela (CORDEIRO, 1995). No que a acompanha o conceito de natureza. É este sentido comum o que segue a geografia e compartilha o marxismo economicizado de extração recente. (MOREIRA, 2004, p. 24)

O trabalho é a gênese da utilização desta natureza-riqueza. Isso porque, “no marxismo a natureza converte-se em valor no momento do metabolismo do trabalho. De modo que diante do trabalho, encontram-se as duas fontes do valor-de-uso: a natural e a social” (MOREIRA, 2004, p. 24).

Há, então, na organização geográfica das sociedades, duas formas de metabolismo: o metabolismo do trabalho realizado no sentido do valor-de-uso e o metabolismo do trabalho realizado no sentido do valor-de-troca. A primeira tem o caráter geral das realidades abstratas. A segunda, do real-concreto. Na primeira o metabolismo explicita-se como uma relação de realização do homem como homem através do trabalho. Na segunda, como de alienação do homem pelo homem através da alienação do trabalho. Ambas se organizam em paisagem e espaço. (MOREIRA, 2004, p. 26)

Portanto, é o trabalho que estabelece as relações do homem com a natureza, com o espaço e com a sociedade, sendo o elemento central na promoção da sua humanidade, “[...] ou seja, o ser humano ao sentir fome, sede e frio passa a intervir na natureza a fim de suprir essas necessidades” (CAMACHO, 2010 p. 79). E, ao fazer isso, o homem intervém nas cadeias naturais, em geral, desalinhando os espaços e os recursos naturais. Assim, o espaço vai se (re)produzindo mediado pelo trabalho dos homens e mulheres a fim de satisfazer suas necessidades básicas através dos diferentes momentos históricos da humanidade.



Nas primeiras civilizações, as chamadas pré-históricas, os seres humanos tinham formas de intervir na natureza diferente do homem contemporâneo, principalmente porque eram nômades. Eles praticavam o que hoje é conhecido como comunismo primitivo e tinham a terra como fonte de e para a produção de riquezas (SAVIANI, 1994). Leontiev (1978) esclarece que nas comunidades primitivas o processo de produção não distinguia os homens, pois se dava de forma coletiva, colocando-os na mesma posição social, isto é, era uma forma social comunal, a qual é percebido, segundo Engels (2019), como um comunismo primitivo – em suas exatas palavras, comunidades domésticas comunistas.

Ademais, no modelo de comunismo primitivo, o resultado do processo de produção adquiria um sentido social, haja vista que “[...] o que resultava da produção era refletido nos planos individual e coletivo [...]” (GONÇALVES; JIMENEZ, 2013, p. 7). Primeiramente, porque naquela relação não havia exploração do homem pelo próprio homem e, segundo, porque os bens produzidos eram compartilhados por todos de maneira paritária (ENGELS, 2019).

Esse comunismo primitivo foi, aos poucos, conforme as sociedades seguiam o fluxo histórico conhecido, decompondo-se. Engels (2019) destaca como fator determinante para a modificação do regime visto outrora o início da domesticação de animais, que substituiu a caça pela criação.

Desse primeiro marco de domesticação, desenvolveram-se os demais ramos de produção e de percepção da natureza, o que deu origem à uma divisão do trabalho, o qual, por sua vez, é a base da primeira grande divisão social. Segundo o autor:

O aumento da produção em todos os ramos – pecuária, agricultura, manufatura doméstica – conferiu à força de trabalho humana a capacidade de gerar uma produção maior do que o exigido para o seu sustento. Ao mesmo tempo, ela aumentou a quantidade diária de trabalho que cabia a cada membro da gens, da comunidade doméstica ou da família individual. A inclusão de novas forças de trabalho se tornou desejável. A guerra as forneceu: os prisioneiros de guerra eram convertidos em escravos. A primeira grande divisão social do trabalho que ocorreu com o aumento da produtividade do trabalho e, portanto, da riqueza e com a ampliação do campo de produção, levou obrigatoriamente à escravidão, nas condições históricas globais dadas. Da primeira grande divisão social do trabalho originou-se a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, espoliadores e espoliados (ENGELS, 2019, p. 218).

Isto é, o trabalho, o espaço e as classe sociais são indissociáveis entre si. A partir do momento em que se altera um, altera-se também os demais meios. Essa nova sociedade escravagista é a gênese do trabalho em sua forma precarizada, pois a sociedade se desenvolverá

a partir da exploração da mão-de-obra humana da maneira tão barata quanto possível aos moldes da sociedade vigente, condicionando o acúmulo exacerbado de capital de uns ao sofrimento de outros tantos.

Neste período, chegamos à era chamada de Antiguidade. Nesta, segundo Engels (2019), a cidade dominava o campo. Podemos citar como exemplo de grandes cidades antigas, a Palestina, Esparta, Atenas, a própria Grécia e Roma. Beer (1944), no entanto, destaca que já nessas sociedades havia lutas de classes no intento de desconstituir, principalmente, o regime escravagista.

Posteriormente, seguindo a linha do tempo da humanidade, chega-se à Idade Média e com ela o modelo de produção feudal. Nesse período histórico persiste a concepção da terra como principal meio de geração de renda, uma vez que a agricultura passou a ser a forma econômica dominante e a terra comunal a base de sustentação deste período. (SAVIANI, 1994).

Cabe destacar que, embora houvesse pequenos núcleos urbanos formados – normalmente, nos burgos –, esses eram subordinados às grandes potências agrárias (SAVIANI, 1994). Engels (2019), destaca que a economia feudal foi uma inversão do movimento visto anteriormente, passando o campo a dominar a cidade. Nessas cidades medievais, o meio econômico que predominava era o artesanato, praticado, em sua maioria, por grupos familiares. Esses grupos, outrossim, deram início a noção de industrialização, pois montavam pequenas fábricas rudimentares para produzir instrumentos artesanais destinados às necessidades agrícolas (VIEIRA, 2009).

Algum tempo mais tarde, essas fábricas de artesanato rudimentares se transformaram em pequenas corporações de ofícios, que, com o modelo de produção feudal, passaram a desenvolver atividades mercantis concentradas nos modestos núcleos urbanos. Esses, por sua vez, foram se desenvolvendo e fortaleceram as cidades, dando origem a um novo grupo social que se consolidou por meio das atividades ligadas ao comércio de mercadorias (SAVIANI, 1994).

Esse fortalecimento da economia das cidades originou, então, uma terceira classe de trabalho. Segundo Engel (2019, p. 225):

A civilização consolida e intensifica todas essas divisões do trabalho, principalmente pela exacerbação do antagonismo entre cidade e campo [...] e acrescenta uma terceira divisão do trabalho, bem própria dela, de importância decisiva: ela gera uma classe que não se ocupa mais da produção, mas só da troca dos produtos – os comerciantes. Todas as iniciativas anteriores de formação de classes ainda estavam relacionadas exclusivamente com a

produção; essas dividiam as pessoas que participavam da produção em líderes e executores ou então em produtores em grande escala e produtores em pequena escala.

Temos, então, na Idade Média, duas organizações espaciais – o campo e a cidade. As cidades, na Idade Média, chamadas por Sposito (1988) de “aglomerados”, podem ser divididas em duas principais: as episcopais e os burgos. As primeiras eram o núcleo de administração eclesiástica, com papel economicamente quase nulo, nas palavras da autora e, por isso, no contexto deste artigo, não será aprofundado. As segundas eram habitadas pelos comerciantes – por isso, ficaram conhecidos como burgueses.

Sposito (1988, p. 28) assim caracteriza os burgos:

Os burgos, pontos fortificados, cercados por muralhas e rodeados por fossos, eram construídos sob as ordens dos senhores ou príncipes feudais, com o objetivo de servir de refúgio a eles e seus servos, e armazenamento de animais e alimentos, em caso de perigo. Abrigavam também, geralmente, uma igreja. [...]. As ‘cidades’ medievais, de acordo com Mumford, tendiam à forma arredondada, eram limitadas, concreta e psicologicamente pela muralha, marcadas por planos irregulares, cujas vias principais apontadas para o núcleo central, dificilmente chegavam até ele. O núcleo central onde se encontravam as praças abertas (usadas para os mercados eventuais) e as construções religiosas e públicas era alcançado por caminhos estreitos e tortuosos. Esta caracterização das “cidades” medievais é própria do período de nítida predominância do modo de produção feudal.

Essa fortificação decorre do caráter da memória de guerras iniciadas na Antiguidade narrada por Engels (2019). Portanto, as guerras não só subsidiaram a aquisição de novas terras e de mão-de-obra escrava, implicou numa modificação das estruturas do espaço.

Aos poucos, então, os burgueses se tornaram a elite dominante, pois passaram a investir na produção de determinados bens de consumo e, com isso, tornaram-se os proprietários dos meios de produção de produtos indispensáveis à vida cotidiana, o que viabilizou o acúmulo de capital. Conseqüentemente, com a riqueza passando a se concentrar nos núcleos urbanos, iniciou-se um processo de deslocamento da agricultura para o comércio como principal fonte patrimonial e depois para a indústria (SAVIANI, 1994). Nesse sentido, pertinente é a afirmação seguinte:

Surge, então, pela primeira vez, uma classe que, sem ter qualquer participação na produção, conquista a liderança da produção como um todo e em grande escala e submete economicamente os produtores; que faz de si mesma a mediadora incontornável entre dois produtores e espolia a ambos. Pretendendo aliviar o produtor do esforço e do risco da troca, expandir a venda de seus produtos para mercados distantes e, desse modo, tornar-se a classe mais útil a população, toma forma uma classe de parasitas sociais, autênticos animais vivendo à custa de outros, que, como recompensa por trabalhos de fato pouco

expressivos, ficam com o filé da produção nacional e estrangeira, acumulando rapidamente enormes riquezas e a correspondente influência social e, justamente por isso, durante o período da civilização, recebendo honrarias sempre renovadas e dominando cada vez mais a produção, até que ela mesma, por fim, traz à tona seu próprio produto – as crises comerciais periódicas (ENGELS, 2019, p. 225).

Portanto, por Engels (2019) e Saviani (1994), é certo afirmar que esse movimento foi determinante para o surgimento do capitalismo como modelo de produção e acumulação de capital, bem como inaugurou uma nova ordem social – a Idade Moderna. Por conseguinte, o fortalecimento do capitalismo corroborou para uma inversão nas relações sociais em comparação à Idade Média. Sobre esse ponto, assim se expressa o segundo autor:

Neste sentido, diferentemente da Idade Média onde era a cidade que se subordinava ao campo, a indústria à agricultura, na época moderna, inverte-se a relação e é o campo que se subordina à cidade; é a agricultura que se subordina à indústria. Por isso, na sociedade capitalista, a agricultura tende a assumir cada vez mais a forma da indústria, tende a se mecanizar e adotar formas industriais e a se desenvolver segundo determinados insumos, insumos esses que são produzidos segundo a forma industrial. De outro lado, dado que a indústria é a base do desenvolvimento das cidades, a sociedade moderna vai se caracterizar pela subordinação do campo à cidade ou, dizendo de outra maneira, por uma crescente urbanização do campo. O próprio campo passa a ser regido por relações do tipo urbano. (SAVIANI, 1994, p. 154).

Outrossim, se o modo de produção da existência humana é correlato ao ato de produção do espaço, faz-se necessário analisar esses processos no sentido histórico e social, considerando as relações que determinam a superestrutura do modo de produção em questão. No caso das sociedades pós capitalismo, para compreender os desdobramentos desses aspectos na constituição dos espaços, é preciso refletir acerca dos aspectos políticos, ideológicos, jurídicos e religiosos que determinam a formação da sociedade a qual esse modo de produção pertence.

Moreira (2004, p. 26-27) explica que:

Pode-se, assim, também fazer uma distinção processual do metabolismo do trabalho em um metabolismo ambiental e um metabolismo espacial, numa concepção em que podem mostrar-se uma só unidade ou uma dualidade dicotômica, a depender do caráter social da sociedade. Numa sociedade técnica ambientalmente ambientada, são elas duas faces de um só metabolismo do trabalho, que se expressam então num mesmo visual da paisagem; mas nas sociedades técnicas ambientalmente desambientadas, viram dois movimentos que se mostram dicotômicos, dando na duplicidade histórica das paisagens naturais e paisagens humanizadas dos geógrafos de ontem, ou na paisagem da primeira natureza e paisagem da segunda natureza, ou paisagens naturais e paisagens socialmente produzidas, dos ensaios da renovação dos anos setenta, de certo modo igualmente dicotômicas quanto ao metabolismo dinâmico do trabalho.

Além disso, é essencial refletir sobre o modo como a população produtora da força de trabalho passa a produzir os bens de consumo da sociedade e como esse trabalho é organizado. Ressalta-se, sobretudo, que a mesma população produtora é também consumidora dos bens produzidos. Todavia esse processo ocorre de maneira desigual, haja vista que a produção é coletiva, mas o consumo é privado, mostrando-se essa como uma das mais duras facetadas da mais-valia marxista (CARLOS; ROSSINI, 1983).

Segundo as autoras, essa contradição provoca um desequilíbrio na ocupação dos espaços geográficos, que pode ser facilmente percebida nas paisagens urbanas – de um lado se visualiza a construção de prédios luxuosos e de outro aglomerado de favelas. Esse fenômeno é provocado pela alienação no processo de produção, pois o trabalhador usufrui de forma desigual dos bens oriundos do seu trabalho, isto é, da apropriação dos espaços, como também dos produtos/mercadorias.

Santos (2007) defende, ainda, que a ocupação e modificações dos espaços em decorrência do trabalho é uma característica tanto de quem vende quanto de quem compra a força de trabalho.

Indivíduos que disponham de uma soma de capital, formação cultural e capacidade física equivalente, ocupados num mesmo tipo de atividade - para não falar senão dessas qualidades comuns - são, sem embargo, dotados de possibilidades efetivas sensivelmente desiguais, conforme os diferentes pontos do espaço em que se localizem. Isto se aplica tanto aos que vivem da venda de sua força de trabalho como aos que comprem esse trabalho, vale dizer, os empresários. Se a cidade grande, sob inúmeros aspectos, é muito mais atraente, para muitos é preferível instalar-se no campo, e não na cidade, ou então numa cidade média, em vez de numa cidade grande. A escolha pode ser de natureza extra-econômica, como no caso de escritores e artistas em busca de inspiração. (SANTOS, 2007, p. 108).

Salienta, na sequência, que isso também se aplica aos subempregos e trabalhos temporários, que, ainda que com ânimo não permanente, ocupam e transformam os espaços:

Tal fenômeno, no entanto, não é exclusivo dos empresários e dos assalariados permanentes. Também os pobres, os subempregados ou os que trabalham ocasionalmente são recompensados em função de sua localização no espaço. O estudo da distribuição da pobreza no espaço supõe que se pesquise a razão pela qual indivíduos dotados das mesmas virtualidades, das mesmas capacidades potenciais, têm "valor" diferente segundo o lugar em que se encontram. (SANTOS, 2007, p. 109)

Noutro diapasão, Carlos (2015, p. 25) defende que “o espaço ganha, hoje, um sentido diverso dos momentos anteriores da história de sua produção [...]”, salientando que ele passa a

ter um novo papel diante da acumulação do capital em virtude do advento da relação global/local, isto é, da globalização, e da figura das metrópoles.

[...] a reprodução do espaço urbano da metrópole expõe o momento em que o capital financeiro se realiza através dessa reprodução, produzindo ‘um novo espaço’ sob a forma de ‘produto imobiliário’ que aponta uma mudança na aplicação do capital-dinheiro acumulado do setor produtivo industrial em direção ao setor imobiliário, o que exige uma fluidez avassaladora. Nesse sentido, estabelece-se um movimento de passagem da predominância/presença do capital industrial – produtor de mercadorias destinadas ao consumo individual (ou produtivo) – à preponderância do capital financeiro – que produz o espaço como mercadoria, como condição de sua realização. Nesse momento, a mercadoria-espaço mudou de sentido com a mudança de orientação (prioridade) das aplicações financeiras: da realização do ciclo industrial da mercadoria à produção do imobiliário (CARLOS, 2015, p. 26).

No capitalismo globalizado, a alienação excede o processo de produção e alcança a etapa do consumo. No capitalismo globalizado, o proletariado é quem mais é estimulado a consumir, surgindo aí a figura contemporânea do consumismo. Consumismo é consumir movida pela alienação. Nesse sentido, explica Santos:

A ideologia do consumo, mediante suas múltiplas aparências, está fortemente impregnada na população. Uma boa parcela do conteúdo dos movimentos sociais urbanos defende mais o consumidor que, mesmo, o cidadão. O direito à moradia se confunde com o direito de ser proprietário. Este termina imposto ideologicamente como o certo, como se fosse um objetivo do cidadão. A verdade, porém, é que ser dono de um terreno ou de uma casa nem mesmo assegura moradia estável. Os pobres que lutam desesperadamente para conquistar o direito à propriedade estão freqüentemente mudando, dentro da cidade; são verdadeiros migrantes intra-urbanos. Ser proprietário é um elemento essencial na ideologia do consumidor (SANTOS, 2007, p. 154).

O consumismo, por fim, é capaz de modificar as relações de trabalho. Basta observar a profissão mais contemporânea de todas – a de influenciar os outros a consumir. Portanto, por tudo o que aqui já fora exposto, também o é de alterar o espaço. As sociedades produzem cada vez mais todas as formas de lixo, o mercado varejista tem se expandido cada vez mais, uma rua com gigantescos telões com propagandas é entendida como um ponto turístico etc.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição realizada denota que o homem enquanto ser social é ontologicamente determinado pelas relações de produção de sua existência que promove em um determinado espaço e tempo. Tais relações constroem a essência humana ao passo que transformam o ambiente natural de acordo com as condições materiais dessa satisfação de suas necessidades.

O trabalho, nesse contexto, assume duas categorias centrais, quais sejam: a primeira, como elemento central da transformação do espaço geográfico, através da sua apropriação para produção de materiais de consumo (valor de uso); a segunda como trabalho abstrato em que predomina a produção de mercadorias (valor de troca).

É possível inferir que, historicamente, o homem para garantir sua sobrevivência se agrupou de diferentes formas, sempre se apropriando dos recursos naturais de forma desigual e por meio de relações de produção. Essencialmente a partir da Idade Média, essas relações provocaram dois grandes impactos: por um lado, divide a sociedade em duas macros classes: os donos dos meios de produção e os donos da força de trabalho; por outro promove um desequilíbrio na composição e apropriação dos espaços geográficos.

Em síntese, conclui-se que, embora os modelos de produção tenham se modificado, a organização estrutural da sociedade se manteve até os dias atuais. Isto é, o processo de produção do espaço é na verdade um processo de trabalho, no qual a divisão do trabalho cria e transforma uma diversidade de espaços. Esses, por sua vez, surgem com intensidade desigual provocando o estabelecimento de uma sociedade fragmentada, em virtude do controle exercido pelo capital.

Ainda, é possível arrematar, a partir dos fatos descritos, que o resultado desse modelo de produção capitalista reflete, principalmente, na exploração e precarização do trabalho; na expropriação da população, que só dispõem da sua força de trabalho para sobreviver; e na apropriação desproporcional dos espaços e dos produtos, desencadeada pela desigualdade econômica dele oriunda.

Assim sendo, é certo que o sentido originário do trabalho humano tem se tornado cada vez mais alienado e fragilizado frente a precarização da produção, imposta, de modo arbitrário, nos modelos de acumulação flexível presente nas sociedades capitalistas da atualidade. Esse modelo, desde o seu início com a industrialização, segrega os produtores daquilo que produzem, consolidando o que, nesta pesquisa, foi denominado como exploração do homem pelo próprio homem.

Dito de outra forma, por fim, as novas facetas do sistema capitalista têm intensificado a precariedade das condições de trabalho da classe produtora e demasiadamente estimulado o consumo. Este fato corrobora para uma exploração exacerbada da natureza, bem como deixa impresso no espaço as mazelas do capitalismo. E o espaço geográfico, enquanto inerente a esses processos, têm se transformado e se readaptado a nova realidade de maneira, ousa-se dizer, insustentável a longo prazo, pois está se (re)produzindo de forma desigual.

## 6. REFERÊNCIAS

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. Concepções de espaço geográfico e território. **Sociedade e Território**, [s.l.], v. 22, n. 01, p. 46-64, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3490>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, v. 18, n. 34, p. 19-40, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264586001/552264586001.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BEER, Max. **História do Socialismo e das Lutas Sociais**. Rio de Janeiro: Calvino, 1944.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. **Revista Entre-Lugar**, Três Lagoas, v. 1, n. 1, p. 73-98, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/613>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; ROSSINI, Rosa Ester. População e processo de estruturação do espaço geográfico. **Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 7-18, 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/download/47074/50795>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. **Crise urbana**, São Paulo, v. 1, p. 25-36, 2015. Disponível em: [http://img.travessa.com.br/capitulo/CONTEXTO/CRISE\\_URBANA-9788572448802.pdf](http://img.travessa.com.br/capitulo/CONTEXTO/CRISE_URBANA-9788572448802.pdf). Acesso em: 05 ago. 2022.

DE OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo *et al.* Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. In: OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Para onde vai o ensino da geografia?** 4. ed. São Paulo: Pinski, 1994. p. 135-144.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo, Boitempo, 2019.

FERNANDES, Irismar; Freitas, Renata; Lobão Mario Sérgio. **Integração da Educação Profissional e Tecnológica com a Educação de Jovens e Adultos**: desafios, possibilidades e



vivências no Instituto Federal do Acre, campus Rio Branco. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Acre, Rio Branco, Acre, 2021. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11253593](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11253593). Acesso em: 15 jul. 2022.

FORDISMO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fordismo/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

GONÇALVES, Ruth Maria de Paula; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. Relações antagônicas entre sentido e significado do trabalho no capital: uma análise na perspectiva ontológica. **Psicologia & Sociedade**, Fortaleza, v. 25, p. 685-694, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4Vtg4gMNkSmvB9YHpTKfs8k/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2022.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978. Disponível em: [https://www.academia.edu/22546933/O\\_developmento\\_do\\_psiquismo\\_Leontiev\\_Alexis](https://www.academia.edu/22546933/O_developmento_do_psiquismo_Leontiev_Alexis). Acesso em: 25 jul. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Disponível em: [https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri\\_lefevre-a-producao-do-espace3a7o.pdf](https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefevre-a-producao-do-espace3a7o.pdf). Acesso em: 18 ago. 2022.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho em cooperativas de produção industrial. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

MENDES, Rosilda; DONATO, Ausônia Favorito. Território: espaço social de construção de identidades e de políticas. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**, Sobral, v. 4, n. 1, 2003. Disponível em: <http://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/114>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, Ruy. Do espaço da mais valia absoluta ao espaço da mais valia relativa: os ordenamentos da geografia operária no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 36, p. 45-68, 2011. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/425/402>. Acesso em: 05 ago. 2022.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia: a Geograficidade e o diálogo das Ontologias. **GEOgraphia**, Fluminense, v. 6, n. 11, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13466/8666/52814>. Acesso em: 28 set. 2022.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. Organização nascente, pré-capitalismo e manufatura. **Revista Adm. Emp.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 19-30, out./dez., 1986. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/NfYpS8fn3gjBnxyN4RvzCbf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2022.

PIALARISSI, Renata. Precarização do trabalho. **Revista de Administração em Saúde**, São Paulo, v. 17, n. 66, 2017. Disponível em: <https://cqh.org.br/ojs-2.4.8/index.php/ras/article/view/11>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton; DE SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **Território: globalização e fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In*: SAVIANI, Dermeval et al. (orgs). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, Caxambu, v. 12, p. 152-165, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SOARES, Marcos Antonio Tavares. **Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital**. São Paulo: UESB, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Geografia Contexto, 1988.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03022010-143611/pt-br.php>. Acesso em: 05 ago. 2022.